



A força do trabalhador  
de Minas Gerais

# Bancários EM AÇÃO

## Sindicato dos Bancários de Ipatinga realiza Seminário “As Implicações da Reforma Trabalhista”



O Sindicato dos Bancários de Ipatinga e Região em parceria com o Dieese/Contraf-CUT, Instituto Declatra e o escritório LBS realizou o Seminário As Implicações da Reforma Trabalhista. O encontro aconteceu na quinta-feira (26), no auditório da instituição.

A dias da nova lei trabalhista entrar em vigor no país, o SEEB Ipatinga produziu, juntamente com os parceiros, um seminário voltado para toda a classe trabalhadora. O objetivo foi esclarecer sobre as alterações que estarão em vigor a partir de 11 de novembro e discutir sobre o teor delas, os prejuízos e possíveis meios de lutar contra tais prejuízos.

José Carlos Bragança, presidente do SEEB Ipatinga, enumera duas grandes preocupações. “A primeira é o alcance que a reforma vai ter na vida do trabalhador, pois mexe profundamente com as relações de trabalho e temos a certeza de que essa alteração vai trazer prejuízos. Alguns países adotaram essa reforma e ficou muito pior para os trabalhadores. Nós sabemos que aqui também não vai ser diferente. A segunda grande preocupação que temos é que o trabalhador, por mais que

nós tentemos informar, usando nossos meios de comunicação, parece não entender ainda a profundidade e o risco que está correndo com as alterações da lei trabalhista. Mas vamos continuar informando e este seminário segue neste propósito”, afirma.

Regina Camargos, economista Dieese/Contraf-CUT, palestrou sobre os impactos da reforma para a categoria bancária e trouxe exemplos de lugares como a Espanha, onde diversas reformas trabalhistas foram implantadas e o resultado não é satisfatório. “Viemos ressaltar como a Reforma Trabalhista impacta a categoria em termos dos direitos da Convenção Coletiva de Trabalho, dos direitos que foram conquistados ao longo de muitas décadas. Estamos preocupados com nosso processo de negociação, que é nacional. Como vai ficar? Como estimula as negociações individuais, não deixamos de nos preocupar também com o que pode acontecer nos bancos, em uma possível tentativa de rebaixar direitos específicos”, informa.

Regina ainda destaca o principal tema da reforma: a modernização da lei trabalhista. “Isso seria, na verdade democratizar a lei trabalhis-

ta, organizar uma lei de greve e não criminalizar o direito, organizar o movimento sindical, entre outras medidas” explica.

Logo em seguida a advogada da LBS Advogados, Daniela Costa Gerelli, discorreu sobre as alterações da Reforma Trabalhista, no aspecto do Direito Material, envolvendo questões dos novos tipos de contrato, precarizantes, como intermitente, temporário e parcial. Foi tratado sobre jornadas hiperflexíveis e alterações no banco de horas. A incorporação da Súmula 372 do TST pela nova lei; antes garantia a manutenção do salário de quem era descomissionado sem justo motivo. Os novos requisitos para dificultar o direito do pedido na Justiça do Trabalho.





# Antes da Reforma Trabalhista entrar em vigor fechamento de postos de trabalho já é realidade

## Bancos fecham 6.199 postos com PDVE's da Caixa e Bradesco

Entre janeiro e setembro de 2017, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, os bancos fecharam 16.879 postos de trabalho no país. Em julho de 2017, registrou-se saldo positivo em 72 postos no setor bancário, após 17 meses consecutivos de saldos negativos. Porém, em agosto e setembro, o CAGED registrou o fechamento de 3.780 e 2.419 postos, respectivamente, impactados, principalmente, pelos PDVE's lançados por Caixa e Bradesco em julho de 2017, divulgado logo após a aprovação no Senado da Reforma Trabalhista.

Segundo Regina Camargos, economista do Dieese na Contraf-CUT, "os bancos estão intensificando a introdução de tecnologias digitais que substituem o trabalho humano. As exceções eram o BB e a Caixa, que estavam expandindo suas atividades e quadro de pessoal nos governos Lula e Dilma. Foram bancos extremamente importantes para evitar os efeitos da crise econômica. Ao ocorrer o golpe, esses bancos passaram a fazer exatamente o que os bancos privados estão fazendo: trocando trabalhadores por tecnologia e cortando o crédito", explica.

A análise por Setor de Atividade Econômica revela que os "Bancos múltiplos com carteira comercial", categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foi responsável pelo fechamento de 9.820 postos. Nesses, já podem estar incluídos postos fechados

em decorrência do PDVE do Banco Bradesco, porém, os seus impactos podem se estender até o final do ano, tendo em vista o prazo dado de até 180 dias para efetivação dos desligamentos.

O Bradesco lançou o PDVE para fazer ajuste de pessoal após a incorporação do HSBC. O banco liberou o plano logo depois da aprovação da Reforma Trabalhista no Senado. "O Bradesco já vinha demitindo a conta gotas. A Reforma veio permitir a demissão em massa de trabalhadores sem necessidade de negociação coletiva com o sindicato", afirma Regina.

A Caixa foi responsável pelo fechamento de 6.789 postos, sendo 3.039 em março e 2.302 em agosto, os dois piores saldos apresentados. Não por coincidência, esses saldos negativos elevados foram registrados logo após os PDVE's abertos pela instituição em 2017. O mês de setembro apresentou o primeiro saldo positivo na caixa após 17 meses seguidos de fechamento de postos de trabalho, porém, pequeno (56 postos abertos).

Regina informa que os planos de demissão voluntária têm sido a fórmula adotada pelos bancos públicos para reduzir o quadro de funcionários. "Como são bancos públicos, eles não podem simplesmente fazer demissões, então, implementam esses planos, especialmente voltados para aqueles trabalhadores que já estão em condições de se aposentar pelo INSS ou já se aposentaram", afirma.



### Faixa Etária

O fechamento dos postos bancários concentrou-se nas faixas etárias superiores a 30 anos e, especialmente, entre 50 a 64 anos, com fechamento de 13.322 postos de trabalho. Esse dado é indicativo do resultado dos PDVE's anunciados, por se destinarem a bancários aposentados ou em vias de se aposentar.

### Desigualdade entre Homens e Mulheres

As 8.830 mulheres admitidas nos bancos entre janeiro e setembro de 2017 receberam, em média, R\$ 3.515,55. Esse valor corresponde a 69,9% da remuneração média auferida pelos 8.809 homens contratados no mesmo período.

## Anamatra publica enunciado contra a aplicação da reforma trabalhista

### Pontos da reforma trabalhista ferem a Constituição e tratados internacionais aos quais o Brasil é signatário

Foram publicados, na quinta-feira (19), os enunciados aprovados na última convenção da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra). Desembargadores e ministros afirmaram que diversos pontos da Reforma Trabalhista ferem a Constituição e tratados internacionais aos quais o Brasil é signatário.

De acordo com um dos enunciados, a Lei 13.467/17 tramitou em tempo recorde e não se submeteu à comis-

são relativa à ordem fiscal, apesar de extinguir o chamado "imposto sindical". Além disso, após um relatório da CPI no Senado apontar várias inconstitucionalidades, não foram aceitas emendas apenas para que o projeto não retornasse à Câmara. Para a associação, o presidente também havia prometido vetos, que não foram feitos. "O contexto político é de Estado de exceção, as votações foram feitas a portas fechadas", disse.

"A lei precisa ser compreendida a partir das normas já contidas na CLT. Onde uma interpretação não for possível, não será possível aplicá-la. As regras da nova lei não resistem ao exame de sua compatibilidade com a proteção que poderia torná-la norma jurídica trabalhista", afirmou a associação.

Para Selim Antônio de Salles, diretor Jurídico do SEEB Ipatinga, "se nova lei for interpretada lite-

ralmente, a população não vai ter acesso à Justiça do Trabalho no Brasil, o que representaria clara ofensa ao princípio do amplo acesso ao Judiciário estabelecido pela Constituição. Ainda, o trabalhador não vai ter acesso ao trabalho propriamente dito e quando o tiver vai ser em condições desfavoráveis a uma relação justa de trabalho entre quem vende sua mão de obra e quem a compra", explica.

# DÉFICIT É FARSA:

## CPI constata que devedores da Previdência devem cerca de R\$ 1 trilhão à União

Relatório sugere mudança nas regras para cobrança de grandes empresários

Durante uma sessão de quase 12 horas, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência apresentou no último dia 23, no Senado, o relatório das investigações feitas pelos senadores em instituições diversas ao longo de seis meses. A constatação a que chegaram foi de que a Previdência Social não possui déficit, se forem retiradas dessa conta despesas que não fazem parte do setor. Segundo eles, bastaria o governo executar os grandes devedores da União por sonegação previdenciária para arrecadar perto de R\$ 1 trilhão.

“Este argumento de déficit está sendo utilizado pelo governo Temer para, com o apoio do empresariado, conseguir aprovar a reforma que eles querem e que só vai tirar mais direitos dos trabalhadores e prolongar o tempo de serviço de todos”, afirmou o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), ao final da reunião.

Segundo o relatório, quando são separadas da lista dos grandes devedores apenas as empresas privadas, estas devem R\$ 450 bilhões. Dados da Procuradoria da Fazenda Nacional, entretanto, comprovaram que deste volume somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis, em função dos programas de isenção fiscal. “Esse débito decorre do não repasse das contribuições dos empregadores, mas também da prática empresarial de reter a parcela contributiva dos trabalhadores, o que configura um duplo malogro; pois, além de não repassar o dinheiro à previdência esses empresários embolsam recursos que não lhes pertencem”, explicou Paim.

### Propostas apresentadas

Entre as propostas apresentadas no relatório, está o aumento para R\$ 9.370,00 do teto dos benefícios do Regime Geral da

Previdência Social (RGPS), que atualmente é de R\$ 5.531,31, assim como a consolidação da competência material da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições previdenciárias não recolhidas no curso do vínculo empregatício apenas reconhecido na sentença.

Outro item sugerido foi a recriação do Conselho Nacional de Seguridade Social – que participará da formulação e fiscalização da proposta orçamentária da Seguridade. O documento ainda recomendou que a Desvinculação das Receitas da União (DRU) deixe de ser aplicada nas receitas da Seguridade Social e que seja permitida a flutuação da alíquota de contribuição das empresas, que poderá aumentar ou ser reduzida sempre que a empresa reduzir em 5% ou mais seu quadro de pessoal.

### Punição para empresários

Os senadores pediram, ainda, punibilidade para os crimes contra a ordem tributária, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido e termina protegendo as empresas. O texto faz críticas à atual forma como é administrada a previdência e mostra erros à proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a reforma do setor, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conforme a investigação da CPI, demonstrada no relatório, foram encontradas inconsistências

de dados e de informações anunciadas pelo Executivo. “Desenham um futuro aterrador e totalmente inverossímil, com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para atuação das empresas privadas”, ressalta o documento.

“Como se não bastasse, os dados coletados provam que foi ignorada lei para que empresas devedoras continuassem a participar de programas de empréstimos e benefícios fiscais e creditícios. Buscou-se, enfim, a retirada de direitos dos trabalhadores vinculados à previdência unicamente na perspectiva de redução dos gastos públicos”, acrescentou o parlamentar.





# Meirelles ameaça cortar abono dos pobres, se não lhes cortar a aposentadoria

No Valor Econômico, o Ministro da Fazenda, Henrique Meireles disse que, “se o Congresso Nacional não aprovar a reforma da Previdência, o governo poderá, como uma das primeiras medidas alternativas, acabar com o abono salarial que custa à União cerca de R\$ 20 bilhões por ano” e é pago a quem recebe até 2 salários mínimos.

Como a Reforma da Previdência, a esta altura, reduziu-se, praticamente, ao aumento da idade mínima para aposentar-se, vale a pena refletir sobre o mapa da idade média em que morrem os moradores de cada um dos 96 bairros da cidade de São Paulo, publicado pela Folha.

Em 33 dos bairros – mais de um terço – morrem antes dos 65 anos, idade que se pretende instituir como idade mínima para receber uma aposentadoria. Menos do que os 30 bairros onde a média faz supor que gozariam mais do que meros 5 anos como aposentados, por terem média de óbitos aos 70 anos ou mais.

Isso na cidade mais rica do país. Imagine nos rincões mais pobres desta terra. E com gente que começou a trabalhar com 14, 15, 16 anos, ou menos que isso.

As pessoas autorreferenciadas, que dizem que é um absurdo alguém se aposentar aos 55 anos – “no ápice de sua vida produtiva” – esquecem que isso pode ser verdade para profissionais liberais ou para profissionais muito qualificados, em geral autônomos.

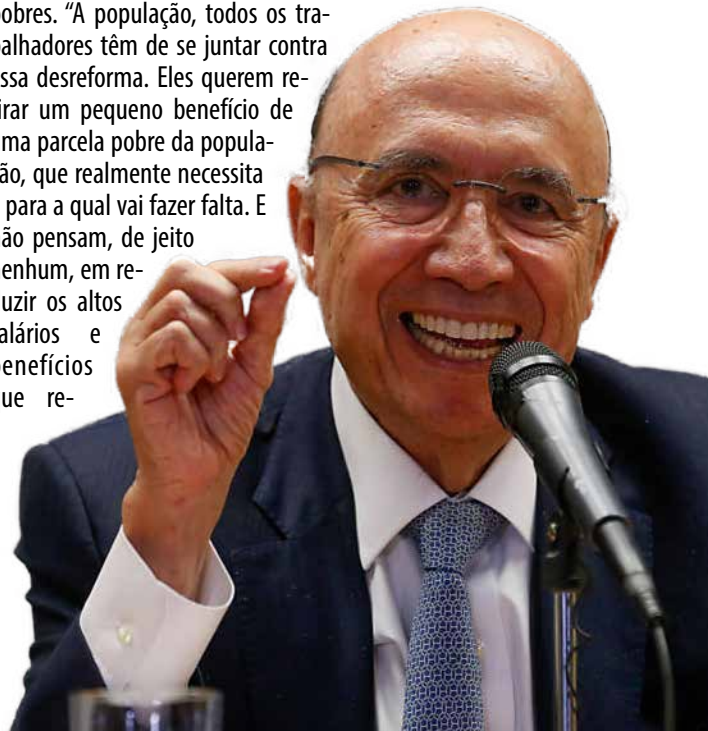
Para a imensa maioria dos trabalhadores – sobretudo os dos quais se exige esforço físico – é idade na qual já não se consegue emprego ou, quando se tem um, é “chutado” pela idade.

E mais: é difícil a alguém que vive como empregado, ainda mais com a rotatividade do mercado de trabalho no Brasil, sequer se aposente numa coincidência entre 35 anos de contribuição e 35 anos de trabalho. Há os “bicos”, o trabalho por conta própria, temporário, os empregos

informais, sem contribuição.

Segundo Eustáquio Vieira Santos, secretário de Imprensa do SEEB Ipatinga, é fácil cortar na carne dos pobres. “A população, todos os trabalhadores têm de se juntar contra essa desreforma. Eles querem retirar um pequeno benefício de uma parcela pobre da população, que realmente necessita e para a qual vai fazer falta. E não pensam, de jeito nenhum, em reduzir os altos salários e benefícios que re-

cebem e que oneram o nosso país. Além do que, se aprovada, tal reforma trará prejuízos para todos nós” afirma.



## ‘Prévia’ da inflação sobe, puxada pelo aumento do gás

*Taxa em 12 meses está acumulada em 2,71%*

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) variou 0,34% neste mês, acima de setembro (0,11%) e abaixo de outubro do ano passado (0,19%). Com o resultado, divulgado no último dia 20 pelo IBGE, a “prévia” da inflação oficial está acumulada em 2,25% no ano,

a menor taxa para o período desde 2006. Em 12 meses, o IPCA-15 fica em 2,71%, ante 2,56% nos 12 meses imediatamente anteriores.

Segundo o instituto, o resultado do mês foi influenciado, principalmente, pelos combustíveis: houve alta de 5,36% nos chamados combustíveis

domésticos e de 1,29% nos de veículos. O gás de botijão subiu 5,72% e representou o maior impacto individual no resultado de outubro (0,07 percentual). O IBGE lembra que entre setembro e outubro a Petrobras anunciou três reajustes de preços nas distribuidoras para o botijão de 13 quilos.

A gasolina aumentou 1,45%, menos do que em setembro (3,76%), assim como as passagens aéreas (de 21,30% para 7,35%). Com isso, o grupo Transportes desacelerou de 1,25% para 0,60%.

No grupo Habitação, o mesmo em que se incluiu o gás de botijão, o IBGE apurou alta de 0,11% na taxa de água e esgoto, com influência de reajuste na região metropolitana de Fortaleza, e queda de 0,15% na tarifa de energia elétrica, com variações

oscilando de -1,82% (Porto Alegre) a 3,77% (Salvador).

Já o grupo de maior peso, Alimentação, variou -0,15%. Alimentos para consumo em casa caíram 0,34%, em média, com destaque para (-9,88%), feijão carioca (-5,95%), açúcar cristal (-3,63%) e leite longa vida (-3,52%). Subiram preços de carnes (0,54%) e frutas (1,40%).

Entre as regiões, o IPCA-15 mais elevado foi o de Curitiba (0,66%), com aumentos acima da média na alimentação fora de casa e da gasolina. E a queda mais intensa foi a do Rio de Janeiro (-0,08%), com redução na alimentação fora de casa. Na região metropolitana de São Paulo, a variação foi de 0,45%, ante 0,11% em setembro.

O IPCA e o INPC deste mês serão divulgados em 10 de novembro.





# Abertura de capital da Caixa afeta políticas públicas e afronta Congresso

*Trabalhadores se mobilizam contra propostas de mudanças no banco*

A abertura de capital da Caixa, proposta que está sendo abertamente discutida pelo banco, tem impedimentos jurídicos e políticos, além de representar uma descaracterização das finalidades da instituição. Segundo Selim Antônio de Salles, diretor Jurídico do SEEB Ipatinga, a Caixa é um banco com caráter diferente. “Ela controla preciosidades como a maior parcela do financiamento habitacional (e o Minha Casa Minha Vida), faz a gestão do FGTS e é parceira de primeira hora de grandes planos de governo, como o PAC. A Caixa tem capilaridade, alcança quase todos os municípios do Brasil e é líder em algumas áreas, com uma marca forte”.

Selim ainda destaca a questão política por trás da manobra pretendida pelo governo. “A privatização serve apenas para lembrar que há dois lados opostos dentro do governo, com desejos muito diferentes sobre o que o Brasil deve se tornar: aquele em que as empresas públicas são utilizadas para fortalecer as políticas econômicas como vimos no governo passado e este no qual a ideia central é vender todo o patrimônio do povo brasileiro”.

Em 2016 houve um grande movimento no Congresso, contra o Projeto de Lei 555, o chamado “estatuto das estatais”, que virou lei (13.303, sancionada em junho de 2016), mas com exclusão de alguns itens importantes, como aquele que previa transformação de todas as empresas em sociedades anônimas. A lei dava prazo de dois anos para que todas adequassem seus estatutos, e recentemente a presidenta do Conselho de Administração da Caixa, Ana Paula Vescovi, apresentou uma proposta “resuscitando”, como observa Rita Serrano, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, a questão sobre abertura de capital, não prevista na lei, que por outras “discrepâncias” é ob-

jeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a 5.624, a pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae). O relator é o ministro Ricardo Lewandowski.

Além de a lei não exigir uma mudança dessa natureza teria de passar pelo Congresso, por uma questão não só jurídica, mas política, já que o Parlamento decidiu pela exclusão desse tema que o Conselho de Administração quer discutir, provavelmente no mês que vem.

A abertura de capital implicaria em mudança imediata do perfil do banco, observa Rita. “Você vai ter outros atores dentro da empresa disputando so-

mente os resultados, o lucro. A partir do momento que você tiver uma visão pública e uma visão privada partilhadas, o contexto será outro. Já temos bancos privados suficientes. Temos de discutir também por que os bancos privados não investem no país”, argumenta.

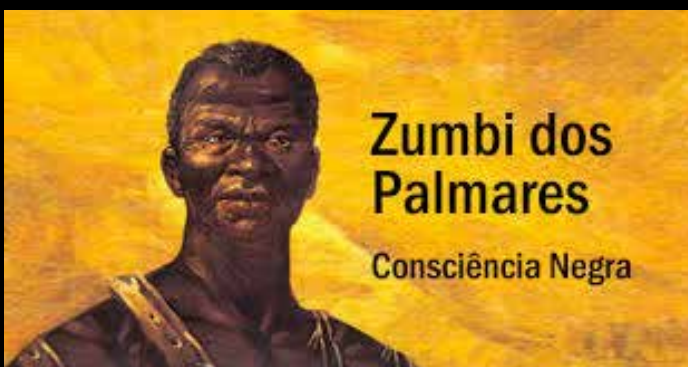
## Tamanho menor

A direção da Caixa já tem feito ações para reduzir o tamanho do banco. A mão de obra vem diminuindo. Fechou 2015, por exemplo, com aproximadamente 97.500 empregados, e no segundo semestre deste ano, segundo relatório do banco, estava com 90.200.

Os trabalhadores têm feito diversas manifestações e atividades para chamar a atenção do processo de “desmonte” da Caixa e dos bancos públicos.



## Dia da Consciência Negra lembra a luta de Zumbi e sua influência



O Dia da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro em todo o país. A data homenageia o Zumbi, um escravo que foi líder do Quilombo dos Palmares. Zumbi morreu em 20 de novembro de 1695.

O objetivo do Dia da Consciência Negra é fazer uma reflexão sobre a importância do povo e da cultura africana, assim como o impacto que tiveram no desenvolvimento da identidade da cultura brasileira.

A sociologia, a política, a religião e a gastronomia entre várias outras áreas foram profundamente influenciadas pela cultura negra. Este é um dia de comemorar e mostrar profundo apreço pela cultura afro-brasileira.

# Contraf-CUT desenvolve a Campanha “Não precisa ser para sentir”

## Campanha alerta sobre a discriminação no meio bancário

A Contraf-CUT, por meio de sua Secretaria de Gênero, Raça e Orientação Sexual e Trabalhadores e Trabalhadoras, desenvolveu a Campanha contra a discriminação “Não precisa ser para sentir”. A campanha visa informar sobre a importância de levar o debate sobre os valores humanos à sociedade como um todo, não apenas ao movimento sindical.

De acordo com Regina Camargos, uma das responsáveis pela elaboração da cartilha da campanha, a Contraf está preocupada com o que está acontecendo no país em relação aos direitos dos trabalhadores de uma forma geral. “Além disso, a Confederação está muito preocupada especificamente com a questão da discriminação de gênero, raça e orientação sexual, porque todos os direitos que

estão sendo reduzidos, atacados pelo governo golpista, vão atingir mais duramente esses segmentos da população”, afirma.

O que se vê nos bancos em relação às mulheres é que, apesar de serem praticamente a metade da categoria bancária, elas ainda são minoria nas direções dos bancos, nos cargos de chefia, têm menos chances de encareiramento, e às vezes ocupando as mesmas posições que os homens e com grau de escolaridade maior, elas ganham menos que os homens.

Em relação aos negros, eles têm uma participação muito baixa no quadro de pessoal dos bancos, em uma sociedade composta praticamente por metade de negros. A situação de discriminação das pessoas LGBT é ainda maior. Raramente, essas

pessoas ocupam cargos de gerência ou direção nos bancos.

Regina explica que os bancos valorizam muito a aparência, principalmente para as funções que têm contato com o público. “O perfil do trabalhador bancário é predominantemente branco e heterossexual, especialmente nos bancos privados. Nos bancos públicos, a existência de concurso torna o acesso mais democrático, por isso há maior participação de negros, mulheres e pessoas LGBT. Não fosse por isso, a participação desses segmentos no setor bancário seria ainda menor. A campanha contra a discriminação nos bancos promovida pela Contraf visa justamente denunciar a situação existente nos bancos e mobilizar os



bancários para que lutem contra essas injustiças, ainda mais agora, nesse cenário de retirada de direitos”, explana.

A Contraf produziu uma cartilha que será distribuída nas agências e em atividades de conscientização dos bancários sobre o assunto. Serão realizadas ainda campanhas de mobilização, seminários, debates e ações dos sindicatos.





## COMUNICADO

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ipatinga e Região, comunica aos Financiários interessados em se opor ao desconto assistencial que encaminhem carta à Secretaria geral, entre os dias 01/11/2017 à 16/11/2017 (prazo de 10 dias úteis), devendo o bancário que se opuser observar o seguinte: 1 – Comparecer pessoalmente à sede do sindicato no endereço Rua Jacarandá 612 Horto – Ipatinga/MG CEP:35160-304, munido da carteira de identidade, com o manifesto contrário ao desconto em 02 vias que serão protocoladas por diretor do SEEB no horário de 09:00 às 17:30 horas, ou, 2 – Encaminhar correspondência individual, com AR – Aviso de Recebimento, para o endereço Rua Jacarandá 612 Horto – Ipatinga/MG CEP:35160-304, contendo o manifesto contrário ao desconto (que deverá conter Nome Completo, Banco, Agência, Matrícula e motivo de oposição juntamente com cópia do documento de identidade para conferência de assinatura).

Ipatinga, 26 de outubro de 2017

**José Carlos Bragança**  
Presidente

**Acesse nosso site e nossas redes sociais:**

 [www.bancariosipatinga.com.br](http://www.bancariosipatinga.com.br)  
 [facebook.com/SEEBIpatinga](https://facebook.com/SEEBIpatinga)  
 [twitter.com/SeebIpatinga](https://twitter.com/SeebIpatinga)



Sindicato dos Empregados em  
Estabelecimentos Bancários de  
Ipatinga e Região

Rua Jacarandá, 612 - Horto - Ipatinga/MG  
Telefax: (31) 3824-8572 / 3824-8978  
[www.bancariosipatinga.com.br](http://www.bancariosipatinga.com.br)

Presidente: José Carlos Bragança  
Secretário de Imprensa: Eustáquio Vieira Santos  
Diagramação: Ericson A. Rodrigues - Reg. 1947/MG  
Jornalista: Ludmilla Oliveira - Reg. 19083-MG.  
Impressão: Scritthos Gráfica / Tiragem: 800